

# CRIMINOLOGIA VERDE E ABUSO ANIMAL: UMA INTRODUÇÃO NECESSÁRIA

## GREEN CRIMINOLOGY AND ANIMAL ABUSE: A NECESSARY INTRODUCTION

Fernanda Dalla Libera Damacena<sup>1</sup>  
Bruna da Rosa Jung<sup>2</sup>

**RESUMO:** O artigo aborda o conceito de Criminologia Verde e enfatiza como a vulnerabilidade e o abuso dos animais se inserem nesse contexto. Através de metodologia qualitativa e exploratória, embasada em pesquisa bibliográfica e documental, demonstra-se que a Green Criminology permite uma abertura de horizontes de reflexão à criminologia ambiental clássica. Busca estender a discussão focada no homem, realçando um importante espaço para demonstrar sua concentração em possíveis soluções para a desorganização ecológica produzida pela ação humana. Ou seja, o somatório da abordagem teórica proposta pela Criminologia Verde, com os princípios de Direito Ambiental e a criminologia tradicional, pode ser um caminho legal e ético para ampliar as soluções existentes em torno dos conflitos sobre a tutela animal no País.

**Palavras-chave:** Abuso animal; criminologia; direito; vulnerabilidade.

**ABSTRACT:** The article addresses the concept of Green Criminology and emphasizes how vulnerability and abuse of animals fit into this context. Through qualitative and exploratory method of research, it is possible to demonstrate that Green Criminology allows the opening of horizons of reflection to classical environmental criminology. It seeks to extend the discussion focused on man, highlighting an important space to demonstrate his concentration on possible solutions to the ecological disorganization produced by human action. That is, the sum of the theoretical approach proposed by Green Criminology, with the principles of Environmental Law and traditional criminology, can be a legal and ethical way to extend existing solutions around the conflicts over animal protection in the country.

**Keywords:** Animal abuse; criminology; law; vulnerability.

---

1 Doutora em Direito pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos/Berkeley Law School. Mestre em Direito pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Especialista em Direito pela UFRGS. Professora de Direito Ambiental. Pesquisadora visitante na Berkeley Law School (2017). Pesquisadora visitante na Faculty of Law University of Western Australia (2017). Advogada

2 Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais

## 1 INTRODUÇÃO

No decorrer dos últimos vinte anos, mais especificamente nos anos 90 (WHITE; HECKENBERG, 2014) a problemática relacionada ao meio ambiente e sua preservação passou a ser objeto de recorrentes debates mundiais. Devido ao crescimento dos riscos ambientais e, sobretudo, à gravidade de algumas condutas, ganhou corpo a investigação sobre a necessidade da criação de uma ciência criminológica específica, voltada a uma análise mais ampla dos crimes ambientais. A esse ramo científico denominou-se Criminologia Verde ou *Green Criminology*.

A Criminologia Verde busca prover um espectro de estudos voltados à análise entre os danos ambientais e definição de crimes e suas vítimas. Uma de suas principais características é a promoção de uma política de justiça criminal com ênfase na tutela dos animais. (STRETESKY; LONG; LYNCH, 2014). Nessa medida, seu objeto de estudo abrange os danos causados aos animais, considerados partes integrantes do sistema ambiental (tal qual os humanos e os recursos naturais).

Diante do diferencial promovido por essa abordagem epistemológica, o presente artigo pretende apresentar o conceito de Criminologia Verde e destacar em que sentido a vulnerabilidade e o abuso dos animais se inserem nesse contexto. Nessa linha, o problema de pesquisa correlato busca responder à pergunta: “o que é Criminologia Verde e o que ela articula a respeito da vulnerabilidade e o abuso animal?”

Nessa linha, em um primeiro momento serão abordados o conceito e o objeto de estudo da Criminologia Verde. Na sequência, destacar-se-á a relação da criminologia verde com a justiça das espécies, ecológica e ambiental. Considerando que as questões comportamentais são muito relevantes no âmbito dessa abordagem criminológica, o quarto tópico desenvolve a ideia de ecofilosofia e as inter-relações entre as pessoas e a natureza. Por fim, apresenta-se de que forma o abuso animal se insere no contexto da Criminologia Verde. Para tanto serão demonstradas quais as espécies de abuso e vulnerabilidade animal a Criminologia Verde estuda, buscando fazer breves considerações acerca de cada conduta.

Estabelecidas as premissas iniciais, esse artigo firma sua relevância, primeiramente, pela atualidade do tema e escassez de estudos acadêmicos brasileiros correlatos no Brasil. Ademais, um dos pontos fundamentais deste trabalho está na apresentação da perspectiva do pensamento criminológico verde, que vai além das fronteiras da criminologia comum, principalmente no que tange a seu foco ser voltado com maior ênfase à tutela do animal e da natureza, sem, contudo, desconsiderar a humana.

A pesquisa foi orientada por metodologia qualitativa e exploratória, embasada em pesquisa bibliográfica e documental.

## 2 CRIMINOLOGIA VERDE: CONCEPÇÕES INICIAIS E OBJETO DE ESTUDO

A evolução socioeconômica dos anos 90 resultou em diversos danos e riscos ambientais. Nesse contexto, o termo Criminologia Verde foi introduzido nos debates da agenda mundial, por meio do pesquisador por Michael J. Lynch em seu artigo intitulado *The greening of criminology: a perspective on the 1990*. Assim, o termo “criminologia verde” passou a ser consolidado no âmbito científico, iniciando-se uma nova fase para o Direito Criminológico que, pela primeira vez, passou a destacar a necessidade de uma ênfase “verde” ser levada em consideração quando da resolução dos problemas ambientais. (STRETESKY; LONG; LYNCH, 2014).

Essa abordagem teórica diferencia-se das anteriormente desenvolvidas no âmbito do direito pela essência dos seus elementos de base. Explorar de que maneiras as estruturas de classe, raça e gênero geram comportamentos que, posteriormente prejudicariam o ambiente como um todo (BEIRNE; SOUTH, 2013).

A perspectiva verde é considerada a “representante mais proeminente do ramo concentrado no estudo da criminalidade contra o meio ambiente e os fenômenos a ela associados”. (COLOGNESE, 2017). Visa prover uma análise transdisciplinar, permitindo o diálogo entre o social e o criminológico. E atua como um reforço para melhorar a teoria criminológica preexistente, visando proporcionar uma análise ampla acerca das origens, vítimas e prevenções do crime ambiental.

Tendo em vista que a criminologia tradicional tem suas raízes arraigadas aos aspectos mais dogmáticos, uma problemática foi observada: os aspectos econômicos, sociais e históricos que moldavam comportamentos não eram levados em consideração no momento da aplicação e criação das leis, por exemplo. Assim, com o intuito de alterar essa condição e explorar as estruturas que originam o dano ambiental, o conceito de Criminologia Verde foi desenvolvido. (STRETESKY; LONG; LYNCH, 2014).

O objetivo principal da criminologia verde é o de prover, somado à criminologia comum, um espectro de estudos voltados à análise entre os danos ambientais, a definição de crimes ambientais e suas vítimas, além de demonstrar a necessidade de uma política de justiça criminal voltada especificamente a tutela do meio ambiente em sentido mais amplo. (STRETESKY; LONG; LYNCH, 2014).

Para essa linha de raciocínio, os crimes “verdes”, assim como os demais são construções sociais influenciados por relações de poder e classe social. (LYNCH; STRETESKY, 2003). Ou seja, aspectos sociais, econômicos e políticos são características determinantes para o desenvolvimento do pensamento crítico na Criminologia Verde.

Michael J. Lynch e Paul B. Stretsky (2014), no artigo intitulado *Exploring green criminology: Toward a green criminological revolution*, afirmam que a Criminologia Verde pode ser considerada uma revolução que busca se distanciar da noção de que os seres humanos são os únicos objetos de estudo. (LYNCH; STRETESKY, 2014).

Ademais, a Criminologia Verde pode ser definida como uma ciência que adota abordagens científicas baseadas em ciências e culturas, de caráter inter e multidisciplinar. Segundo Avi Brisman e Nigel South (2016), essa disciplina refere-se a um campo de estudos que une pessoas interessadas, visando compartilhar e debater ideias que se aprofundam na compreensão de crimes ambientais, desde níveis individuais, até infrações empresariais e corporativas.

Carrabine *et al.* (2009) destacam que a criminologia ortodoxa está diante de uma atualização de pensamento crítico no que se refere a questões ambientais, e não produz estudos e teorias que se entrelaçam com campos filosóficos, políticos, sócias, econômicos e científicos.

A Criminologia Verde, por sua vez, é um campo de estudos multifocal que utiliza a ciência política, economia, psicologia, teoria organizacional, bem como as ciências ambientais (RUGGIERO; SOUTH, 2013) como auxiliares do Direito Ambiental. Assim, proporciona uma análise aprofundada das circunstâncias fáticas, atuando como um mecanismo de desenvolvimento científico de identificação de técnicas de prevenção e punição em face de atos danosos à natureza.

Enquanto a Criminologia Verde atua como uma ferramenta para estudar os crimes ambientais, a criminologia penal se desenvolve por meio de noções restritivas de crime, predeterminadas por instituições estatais e pela lei criminal. (NATURE, 2018). Ademais, a Criminologia Verde não considera como crime apenas aquelas condutas definidas por uma concepção normativa do direito penal, “mas examina questões relativas a direitos, justiça, moral, vitimização, criminalidade e uso de recursos administrativos, sistemas de justiça civil e regulatória”. (NATURE, 2018).

Em contraste ao pensamento do homem como centro do universo, dominante na criminologia penal clássica, a *Green Criminology* baseia-se na natureza e no ambiente, lugares onde estão inseridos tanto animais, quanto seres humanos. Isto é, a partir do momento em que se afasta da abordagem focada na figura do ser humano, se aproxima de um conjunto mais abrangente de crimes. (WHITE; HECKENBERG, 2014). Um dos pontos fundamentais da expansão da perspectiva

criminológica verde é o apelo voltado a uma maior conscientização de danos e atos criminosos cometidos contra animais. (LIEBLING; MARUNA; MCARA, 2017). Nesse ponto, a chave para a diferenciação da Criminologia Verde da criminologia convencional é seu foco voltado com maior ênfase à tutela do animal e da natureza, sem, contudo, desconsiderar a humana.

Para a Criminologia Verde, todas as formas de vida devem ser igualmente protegidas, visando, sobretudo a proteção integral da natureza e de todos os ecossistemas dependentes desta (CARRABINE, E. et al., 2009). Ao aplicar este entendimento, esta disciplina visa desvendar fontes e formas de diferentes danos causadas pelo exercício injusto do poder ou pela persistência da desigualdade social. (CARRABINE et al., 2009).

A *Green Criminology* questiona os problemas relacionados aos crimes, danos e desastres ambientais, assim como formas de injustiça ambiental e injustiça ecológica. (NATALI, 2014). Pode-se afirmar que este campo criminológico considera aspectos sociológicos como características importantes para o entendimento da forma como se deu o prejuízo ambiental. Nesse sentido, essa abordagem teórica analisará intrinsecamente o crime ambiental, explorando desde a origem social, histórica e cultural até seu resultado final, qual seja, o crime ambiental, suas vítimas, punições e remediações.

Pode-se afirmar que um dos objetivos da *Green Criminology* é também ressignificar a noção de crime/dano ambiental para um entendimento alargado, visando, sobretudo um aprofundamento e uma modernização das práticas de identificação e punição contra os atos danosos ao meio ambiente, sugerindo um “reexame de comportamentos prejudiciais além da noção tradicional de crime, a começar pelo papel das sociedades (inclusive governos e corporações) na geração da degradação ambiental”. (BOEIRA; COLOGNESE, 2017, p.160).

Resumidamente, pode-se dizer que a proposta estruturante da Criminologia Verde tenciona o debate no que tange a responsabilidade humana diante da fragilidade da natureza e da garantia das próximas gerações herdarem um mundo capaz de ser habitado de forma equilibrada. O que contribui sobremaneira para a materialização da previsão forma da constituição de tutela e preservação das presentes e futuras gerações.

Visando a efetividade de sua proposta, a *Green Criminology* propõe mecanismos que efetivam a aplicação do entendimento de que o animais e a natureza, em conjunto com o homem, são partes formadoras de um ecossistema complexo. (BEIRNE; SOUTH, 2013). Estes mecanismos podem ser compreendidos através de concepções apresentadas pela ecojustiça, onde busca-se dirimir questões correlatas as vítimas afetadas.

### **3 CRIMINOLOGIA VERDE: JUSTIÇA DAS ESPÉCIES, ECOLÓGICA E AMBIENTAL**

Da perspectiva criminológica verde extrai-se três conceituações importantes: Justiça das Espécies, Ecológica e Ambiental. Cada uma delas é interpretada conforme noções particulares de direitos e justiça com foco variável em animais, ambiente e seres humanos, respectivamente. Assim sendo, “a justiça dentro de uma perspectiva de ecojustiça é inicialmente enquadrada em termos de assunto ou vítima suscetível de ser prejudicada”. (WHITE; SPAPENS; KLUIN, 2014, p. 88). Este artigo enfoca com maior detalhe a Justiça das Espécies.

Enquanto para a Justiça Ecológica os seres humanos são considerados partes formadoras de todo o ecossistema, sendo asseverado um caráter de interdependência entre toda a forma de vida, o entendimento apresentado pela Justiça Ambiental possui suas distinções: os direitos ambientais são compreendidos como uma extensão dos direitos humanos ou sociais para melhorar a qualidade da vida humana. (WHITE; SPAPENS; KLUIN, 2014, p. 89).

A justiça ambiental refere-se a correta distribuição do meio ambiente entre as pessoas, seja em termos de acesso ou do uso dos recursos naturais nele inseridos. Outrossim, refere-se ao impacto

de práticas sociais e danos ambientais em face de uma população específica em razão de classe, ocupação, gênero, idade ou etnia (BEIRNE; SOUTH, 2013), buscando discutir sobre a distribuição equitativa de qualidade ambiental. (BEIRNE; SOUTH, 2013). Assim, possui como antro de análise a preocupação com a saúde e o bem-estar dos humanos e da forma como estes são afetados por determinados tipos de produções e consumos (WHITE; HECKENBERG, 2014), possuindo seu foco no pensamento antropocêntrico.

Portanto o foco, conceitos e ênfase da Justiça Ambiental, conforme preceituam os autores White, Spapens e Kluin (2014, p. 89) serão:

Foco: os direitos ambientais como extensão dos direitos humanos ou sociais para melhorar a qualidade da vida humana.

Conceitos: responsabilidade intergeracional. A geração atual é responsável pela garantia da equidade ambiental para as gerações futuras. Justiça global - Todos têm direito a um ambiente saudável, deve haver equidade ambiental para as gerações presentes.

Ênfase: o dano ambiental é construído em relação a noções de valor centradas no ser humano.

No contexto da *Green Criminology*, a proteção animal está enraizada na Justiça das Espécies e direciona-se à vedação de práticas discriminatórias. A afirmação justifica-se na medida em que no restante das concepções de Justiça animais são considerados inferiores à espécie humana, estando em uma posição desprivilegiada no que se refere a sua classificação como vítimas.

A Justiça das Espécies diz respeito a situações em que o dano (seja individualizado ou institucionalizado) é direcionado ao lugar onde os animais estão inseridos no mundo, ferindo o seu direito de não sofrerem abusos e maus tratos. (BEIRNE, SOUTH, 2013).

Importante salientar que no âmbito da Justiça das Espécies é que se encontram temas correlatos ao abuso e a vulnerabilidade animal, sendo o debate criminológico deslocado para um sentido mais amplo: animais possuem o direito essencial a não serem vítimas de maus tratos, de degradação de seus habitats ou de quaisquer meios que os façam sofrerem qualquer forma de violações. (WHITE; HECKENBERG, 2014).

Assim, enquanto na *Green Criminology* a vulnerabilidade e o abuso animal são estudados concentrando-se em vítimas animais e humanas, excluindo o *status* ímpar do homem como a única vítima de transgressões e conduzindo as indagações para uma ótica não especista, a criminologia penal desenvolve-se por meio do pensamento antropocêntrico, compreendendo o homem como a única e principal vítima.

Para os autores White, Spapens e Kluin (2014, p. 89), a Justiça das Espécies possui foco, conceitos e ênfase nos termos abaixo colacionados:

Foco: Os animais têm direitos baseados em noções utilitárias (maximizando o prazer e minimizando a dor), valor inerente (direito a um tratamento respeitoso) e uma ética de conceitos responsáveis.

Conceitos: Anti-especismo e direito dos animais, abordando os tratamentos discriminatórios aos animais (...). Bem-estar animal, lidando com problemas de abuso e sofrimento animal, e a criação de relacionamentos respeitosos.

Ênfase: os danos ambientais construídos em relação ao lugar dos animais dentro de ambientes, não podendo sofrerem abusos, seja este um dano individual ou dano institucionalizado a partir de ações humanas que afetam e devastam o clima e o ambiente em escala global.

No que tange às necessidades ambientais, a ênfase verde busca estudá-las no âmbito da Justiça Ecológica. Piers Beirne e Nigel South (2013) asseveram que esta justiça busca compreender a interação e relação do ser humano com o restante do mundo natural, referindo-se à qualidade do meio ambiente e da vida das espécies presentes neste.

Logo, essa noção de justiça busca questionar como atos humanos podem apresentar riscos



para a totalidade do meio ambiente, a qual engloba seres humanos, animais, natureza e o restante da biosfera. (BEIRNE; SOUTH, 2013). E visando um correto entendimento acerca da temática, os autores White, Spapens e Kluin (2014, p. 89) apresentam o foco, conceitos e ênfase da Justiça Ecológica:

Foco: os seres humanos são um componente de ecossistemas complexos que devem ser preservados por seu próprio bem através da noção dos direitos do meio ambiente.

Conceitos: os cidadãos ecológicos são responsáveis pela preservação e conservação da natureza, a usabilidade ecológica - quanto à qualidade da biosfera e aos direitos das espécies não humanas.

Ênfase: danos ambientais são construídos em relação a noções ou danos ecológicos e técnicas destrutivas de intervenção humana.

Em suma, seu objetivo é avaliar frequentemente a maneira com que os seres humanos interagem com seu ambiente, no que se refere a danos e riscos para seres e locais específicos, bem como o ambiente terrestre em geral. (BEIRNE; SOUTH, 2013).

Diante deste contexto, o dilema da Criminologia Verde está ligado a como mover o debate para além das abordagens antropocêntricas dos crimes ambientais, e criar práticas e políticas mais eficazes do que as formas convencionais de regulação ambiental. (BEIRNE; SOUTH, 2013). Uma tentativa de resposta à problemática é proposta por White e Heckenberg (2014), assim como por Piers Beirne (2013). Para os autores deve-se ter como objetivo na Criminologia Verde a criação de uma forma de cidadania ecológica que vise somar as concepções de todas as justiças resultando em uma perspectiva que busque explorar uma relação dialética entre humanos e animais. (FAIRWEATHER, 1993).

É exatamente nesse âmbito que surge o campo de estudos denominado ecofilosofia.

#### **4 ECOFILOSOFIA: INTER-RELAÇÕES ENTRE AS PESSOAS E A NATUREZA**

Rob White e Diane Heckenberg (2014, p. 129) afirmam que a ecofilosofia “gera um impacto significativo na maneira como os criminologistas definem o crime e as diferentes maneiras pelas quais eles entendem a vitimização de humanos, ambientes específicos e animais”. Logo, é uma disciplina destinada ao estudo das inter-relações entre pessoas e o ecossistema, refletindo em uma análise desde atos criminosos previstos em leis, até situações cotidianas que acarretam em danos ambientais. (HALSEY; WHITE, 2015).

A ecofilosofia busca compreender o contexto filosófico que envolve as relações entre a humanidade e o restante do mundo natural. (HALSEY; WHITE, 2015). Para a concretização disso, vale-se de análises e estudos que permeiam paradigmas antropocêntricos, biocêntricos e ecocêntricos, os quais, usualmente são o ponto de partida para uma análise filosófica da relação social *versus* natural, cada qual com noções diferentes a respeito da interação humana com o meio ambiente. Em síntese, a ecofilosofia concentra suas atenções no eixo da relação “humano-ambiente”. (HALSEY; WHITE, 2015, p. 367).

Desta maneira, a ecofilosofia divide-se em quatro grandes grupos de estudo: o biocentrismo, ecocentrismo, antropocentrismo e o antropocentrismo alargado.

A visão biocêntrica entende a natureza como sujeito de direitos, rejeitando toda e qualquer diferença no tratamento entre seres humanos e animais, ocasionando a sociedade deveres de proteção e respeito aos ciclos naturais do ecossistema.

Em termos de conservação o biocentrismo determina que não haja qualquer tipo de intervenção humana na natureza (seja em caráter maléfico ou benéfico), uma vez que o ecossistema possui grandes chances de ser fragilizado após qualquer tipo de ingerência externa. Em suma, direciona o ser humano a respeitar “os interesses de qualquer ente vivo na sua dimensão puramente biológica” (SARGENTO, 2010, p.194), devendo ser respeitado o curso natural da vida de cada organismo, desde o seu nascimento até sua morte, deixando com que a natureza de cada indivíduo busque as melhores

condições para o cumprimento desse ciclo. Portanto, pode-se concluir que a o biocentrismo afirma que a natureza deve ter sua simbiose<sup>3</sup> assegurada.

A perspectiva ecocêntrica, por sua vez, foi desenvolvida por Aldo Leopold, em 1887, que, visando a opor-se ao pensamento antropocentrismo, apresentou o entendimento filosófico-ecológico de valores centrado na natureza. (TONELLA; CONCEIÇÃO; TONELLA, 2016). Pelo ecocentrismo, entende-se que todo o ecossistema é parte formadora de um processo evolutivo de criação da vida. (TONELLA; CONCEIÇÃO; TONELLA, 2016).

Assim sendo, a perspectiva ecocêntrica possui como seu principal objetivo o de “encontrar um equilíbrio entre a necessidade de utilizar recursos para a sobrevivência humana e a necessidade de desenvolver regras que facilitem o uso benigno da ecosfera”. (WHITE; HECKENBERG, 2014, p.132).

O ecocentrismo, de igual maneira, busca defender formas de produção que protejam o bem-estar do ecossistema sobre as demandas econômicas de curto prazo, evitando métodos que unicamente se relacionem ao crescimento econômico e ao acúmulo de riqueza, uma vez que a relação entre humanos e natureza tem consequências materiais no mundo real da política ambiental. (WHITE; HECKENBERG, 2014).

Desta forma, enquanto o biocentrismo visa bloquear qualquer interferência humana sobre o ecossistema, deixando que o mesmo se autorregule e se autorregenere, o ecocentrismo permite que o ser humano atue ativamente na natureza desde que respeitados os seus limites de preservação.

Compreendendo que os paradigmas filosóficos atuam polarizando os debates acerca dos tratamentos dispensados ou direcionados à natureza, verifica-se que o pensamento da superioridade humana prepondera ao longo da evolução social, dado a capacidade de criação de princípios morais e éticos que reafirmam o domínio humano sobre a natureza e todos os animais. (CHALFRUN, 2014).

O entendimento da vida humana como o centro do universo e como a única vítima de problemas ambientais está enraizada no pensamento antropocentrismo, o qual, ao longo do desenvolvimento histórico foi se desenvolvendo e ramificando-se no antropocentrismo alargado.

O antropocentrismo foi a primeira corrente de pensamento que viabilizou a reflexão acerca do domínio humano sobre a natureza. A posição tradicional do antropocentrismo situa o homem como centro do universo, acarretando em toda a atenção e preocupação ser voltada apenas a ele. Este sistema entende que o único sujeito legítimo de valoração é o animal humano, perfazendo pelo entendimento de que ele será o centro e a medida de todo o universo, restando a todo o resto nenhum valor em si. (CHALFRUN, 2014). Logo, tal compreensão assevera a natureza como mera fornecedora de recursos para o homem, estando, em conjunto com os animais, a disposição deste. (CHALFRUN, 2014).

Para o antropocentrismo, a intervenção humana não somente é permitida, como é vista como essencial para o desenvolvimento socioeconômico. Neste sentido, a dominação de novas técnicas industriais deu surgimento a Revolução Industrial, momento em que o homem passou a adquirir um potencial destruidor, se concretizando como a ameaça mais perigosa à homeostase ambiental do planeta. (MACÊDO, 2015). Concomitante ao desenvolvimento industrial questionamentos acerca dos malefícios humanos à Terra igualmente eram debatidos. Fora dado início a um processo de reflexão acerca da necessidade de um enfoque para além da figura humana e da infundada idealização de que os recursos naturais eram inexauríveis, conforme afirma Maria Alexandra de Aragão. (ARAGÃO, 1998).

Portanto, para o antropocentrismo, a natureza apenas será resguardada quando inserida nos limites de proteção do bem-estar humano “havendo uma visão utilitária do direito ambiental e dos animais; e todas as suas necessidades, interesses e valores são subjugados em favor dos interesses humanos”. (CHALFRUN, 2014).

---

3 Simbiose, em biologia, é uma associação de dois seres vivos, duas plantas ou uma planta e um animal, na qual ambos os organismos recebem benefícios, mesmo que em proporções desiguais. (SIGNIFICADOS, 2018.)

Em síntese, a compreensão antropocêntrica utilitária compreende todas as necessidades, interesses e valores da natureza em benefício daqueles que se referem à humanidade. Ou seja, as vítimas, em última análise, sempre serão os seres humanos, e não o meio ambiente. (BOSSELMANN, 2001). Assim, o pensamento antropocentrista promove a compreensão de que os bens naturais, são subordinados à livre violação do homem.

Dado o desenvolvimento mundial e a ação direta (e despreocupada) do homem sobre o meio ambiente, a sociedade está diante de um despertar para uma preocupação com natureza em seu sentindo amplo. Através de conferências, congressos e debates, a agenda mundial ambiental está ajudando a estender o assunto para além do antropocentrismo, abrindo espaço para visões que questionam a necessidade do respeito à vida, independente da espécie que ela carrega. (CHALFRUN, 2014). Uma dessas visões intitula-se antropocentrismo alargado, o qual se classifica como “uma posição menos radical em relação à visão do homem como o centro de todas as preocupações”. (CHALFRUN, 2014, p. 216).

Enquanto o antropocentrismo entende que o homem possui o direito de utilizar toda a natureza para resultar em seu prazer, a visão alargada já não compreende como possível ignorar o meio ambiente e os demais seres vivos.

O antropocentrismo alargado atua como corretor e representa uma visão intermediária frente as visões antropocêntricas e biocêntricas. Desta maneira, a visão alargada não possibilita o pensamento de que qualquer vida presente no planeta pode ser encarada como sujeito de direitos e portador de uma dignidade própria e soberana. Em suma, o homem, a natureza e os animais atuam como sujeitos interdependentes, não sendo correta uma exploração ilimitada de qualquer um deles. (MACÊDO, 2015).

A partir da concepção antropocentrista alargada vislumbra-se uma proteção direcionada tanto ao ser humano e seu desenvolvimento (social ou econômico), quanto e ao restante dos seres vivos. (LIMA; COSTA, 2015). É nesse liame em que se vislumbra a possibilidade de aprofundamento do estudo da proteção animal no contexto da Criminologia Verde.

## **5 O ABUSO ANIMAL NO CONTEXTO DA CRIMINOLOGIA VERDE**

A abordagem proporcionada pelo antropocentrismo alargado prioriza a ênfase criminológica verde, passando a compreender que o objeto de estudo pode e deve se deslocar para além de danos em face da humanidade e do meio ambiente. A Criminologia Verde permite que os danos causados aos animais sejam estudados com profundidade e veemência, posto que são parte integrantes do meio ambiente. Uma correta análise das ações que acarretem em vulnerabilidade e abuso animal requer a superação de uma série de preconcepções. A primeira deles é a superação do especismo. (FRANÇA; COLOGNESE; BUDÓ, 2016).

O conceito de especismo foi inaugurado por Richard Ryde, no ano de 1970, na Universidade de Oxford. (FRANÇA; COLOGNESE; BUDÓ, 2016). De lá para cá, mais especificamente no ano de 2004, o termo ganhou força mundial ao ser referido pelo filósofo Peter Singer no livro *Libertação Animal* (FRANÇA; COLOGNESE; BUDÓ, 2016), que o conceituou como uma forma “preconceito ou atitude de favorecimento dos interesses dos membros de uma espécie em detrimento dos interesses dos membros de outras espécies”. (SINGER, 2009, p.6). Em suma, o especismo pode atuar de maneiras diversas, desde ignorar o sofrimento de um animal, até considera-los seres desprovidos de valor intrínseco.

Após o termo especismo ganhar notoriedade acadêmica, estudos acerca do abuso animal começaram a surgir. No ano de 1964, o abuso animal foi inicialmente definido como condutas de maus tratos, crueldade e indiferença na dor do outro. (WHITE; HECKENBERG, 2014). Outrossim, passou-se a refletir a respeito do abuso animal ser uma conduta socialmente inaceitável, que, se



valendo de intencionalidade, acaba por causar um sofrimento dispensável, e, em alguns casos até a morte de um animal.

O abuso de animais abrange um grande campo de atos que pode ir desde casos isolados de maus tratos ou negligência, até atos de abuso em grandes escalas.

Beirne, O'Donnell e Janssen (2018) relatam que na medida em que a Criminologia Verde é reconhecida como gênero distinto da criminologia, o interesse dos criminologistas em questões ambientais está aumentando e que questões relacionadas diretamente aos animais estão sendo aprofundadas. Nesse sentido, os abusos direcionados à fauna podem ser psicológicos ou físicos; aprovados ou reprovados socialmente; e se são práticas consideradas necessárias ou desnecessárias. (FRANÇA; COLOGNESE; BUDÓ, 2016).

Portanto, a Criminologia Verde possui uma atuação importante no que tange ao desenvolvimento de estudos a respeito da interação humana e animal, sendo sua contribuição principal aquelas análises voltadas aos abusos cometidos por humanos contra os animais. (BEIRNE, 2009). Da mesma forma, o debate versa sobre a relação e as diferenças existentes entre seres humanos e animais, “e em que condições, se houver, é justo privilegiar os interesses humanos sobre os animais”. (WHITE; HECKENBERG, 2014, p.233). Para alguns não existem diferenças, enquanto para outros, a saúde e o bem-estar de seres humanos devem ser consideradas específicas e por este motivo, mais importantes. (WHITE; HECKENBERG, 2014).

Por exemplo, Sollund (2013) alude que algumas práticas de abuso animal que deveriam ser socialmente reprovadas são aceitas por humanos, entre elas estão o uso de animais em experiências científicas, entretenimentos, consumo alimentício, bem como os abusos de animais domésticos e o tráfico de animais selvagens. Segundo o autor Sollund (2013) a vulnerabilidade animal pode ser constatada de várias maneiras na sociedade. Desde de atos socialmente aceitos até aqueles criminalmente puníveis. A Criminologia Verde busca apreciar todos eles, utilizando-se de questionamentos sobre os porquês de as sociedades respeitarem e protegerem simultaneamente determinados animais (especialmente os de companhia, como cachorros e gatos), permitindo e até consentindo com um tratamento inadequado a outros. (WHITE; HECKENBERG, 2014)

Um dos atos socialmente aceitos e considerados por criminologistas verdes<sup>4</sup> como abuso animal é a criação de animais para consumo humano, através da agricultura, pecuária, avicultura e pesca. White e Heckenberg (2014, p.230) esclarecem que o abuso animal tem suas origens “na produção em massa de animais para alimentação” os quais são submetidos a condições de vida e transporte precárias (como se pode observar no transporte de carga viva), técnicas, manejo e condições de matadouros cruéis. Da mesma maneira, prévio ao seu abatimento, estes animais estão expostos a situações precárias como privação de luz e alimentação que acarretam em automutilações e doenças. (SOLLUND, 2013).

Cumprir referir que os estudos sobre a questão animal apresentam opiniões relevantes e muitas vezes divergentes acerca do consumo de carne, por exemplo. Enquanto Singer (2009) acolhe que se mate um bovino para alimentação, desde que a criação e o abate não resultem em dor/sofrimento/privação para o animal, Tom Regan não aceita a situação, vez que os considera como sujeitos-de-uma-vida, nome que emprega para afirmar que os animais são, segundo a sua opinião, titulares de direitos. (REGAN, 2004).

Peter Singer (2009) segue uma abordagem filosófica de bem-estar animal, também conhecida como abordagem reformista ou welfarista, baseada no utilitarismo de Jeremy Bentham. (DOS SANTOS FEIJÓ; DOS SANTOS; DE CAMPOS GREY, 2010). Por esta corrente, se defende que

---

4 Ao exemplo de Ragnhild Sollund, Diane Heckenberg e Rob White.

possam ser realizadas intervenções baseadas no bem-estar animal, não impedindo ou proibindo sua exploração. (DOS SANTOS FEIJÓ; DOS SANTOS; DE CAMPOS GREY, 2010). Nesse sentido, as compreensões welfaristas visam defender o bem-estar animal desde sua criação até seu uso, aceitando a alteração de determinadas condutas quando essas podem minimizar a dor e o sofrimento do animal. (DOS SANTOS FEIJÓ; DOS SANTOS; DE CAMPOS GREY, 2010).

De contraponto, Tom Regan, adepto da corrente abolicionista entende os animais como seres dotados de valor intrínseco, como fins em si mesmos, realizando uma abordagem voltada, inclusive, à mudança de caráter jurídico dos animais. (DOS SANTOS FEIJÓ; DOS SANTOS; DE CAMPOS GREY, 2010). Da mesma forma aqui.

Devido aos efeitos colaterais que a produção de alimentos de origem animal pode causar para o ecossistema, a *Green Criminology* a intitula como um abuso sistêmico, dado que os animais são considerados um meio para um fim – “transformar-se em comida”, (SOLLUND, 2013, p.9) mas que resultam em danos além da simples produção de alimentos<sup>5</sup>, quais sejam, poluição atmosférica, desperdícios de recursos hídricos, contaminação de solos, desmatamento, entre outros.

Além dos abusos animais resultantes da indústria alimentícia, as experiências laboratoriais que utilizam animais para a realização de pesquisas (SOLLUND, 2013, p.9) são estudadas na Criminologia Verde como uma forma de abuso. Também considerado uma espécie de abuso sistêmico, a utilização animal para pesquisas visa estabelecer toxicidade de cosméticos ou o desenvolvimento de medicamentos para humanos. Mas, conforme refere Sollund (2013), muitos dos experimentos realizados em animais, possuem efeitos inseguros, uma vez que humanos e animais são biologicamente diferentes.

Beirne (1999) salienta que a existência de controvérsias e debates sobre a moralidade do uso de animais na pesquisa científica é antiga<sup>6</sup>, perfazendo por discussões sobre justificativas da necessidade de avanços em termos científicos para curas e tratamentos de doenças que podem vir a afetar seres humanos e animais. Entretanto contra este argumento o autor possui o entendimento de que “nenhum utilitarismo antropocêntrico deve ser apropriado para determinar quais atos se constituem em abusos contra animais”. (BEIRNE, 1999, p.127).

As origens históricas a respeito do vestuário humano apresentam afinidades com o uso de peles de animais, narradas “como o primeiro elemento utilizado pelos humanos na cobertura do seu corpo enquanto instrumentos de proteção ou ornamentação”. (BORGES, 2013, p.20). E seguindo o estudo das espécies de abuso animal, o pensamento criminológico verde busca refletir sobre a utilização de animais para a produção de roupas.

O abuso ocorrente na indústria que utiliza animais como matéria prima da moda pode partir desde o próprio armazenamento do animal, privado de luz, alimentação e espaço até a própria extração da pele, que, em alguns casos, é feita com o animal ainda vivo.

---

5 “Recente relatório da Food and Agricultural Organization (FAO), intitulado *Livestock’s long shadow* (Steinfeld et al., 2006), relata que a produção pecuária mundial produz mais gás carbônico (ou equivalente) do que todo o sistema de transporte no mundo, quando se considera o desmatamento e a queimada de florestas, a produção de metano pela fermentação ruminal e a produção de metano pela fermentação de dejetos. Segundo esse relatório, os confinamentos em geral, mas sobretudo os de suínos, afetam direta e prioritariamente a qualidade ambiental em função do acúmulo de dejetos não adequadamente tratados ou do lançamento desses dejetos em corpos de água ou da sua manutenção por certo tempo em lagoas de decantação ou do seu acúmulo sem tratamento. Nesses dejetos existem condições de anaerobiose, onde há transformação de nitratos em óxido nitroso (N<sub>2</sub>O) e emissão de metano (CH<sub>4</sub>) em lugar de gás carbônico (CO<sub>2</sub>)”. (PRIMAVESI, 2007, p. 8).

6 No ano de 1995 uma pesquisa nos Estados Unidos indicou que 1,2 milhões de cães, gatos, primatas, coelhos, hamsters e porquinhos-da-índia são usados anualmente em laboratórios. Incluindo ratos e camundongos, o uso anual total de animais é de 20 milhões (ROWAN *et al.*, 1995).

O entretenimento envolvendo animais é outra forma de abuso. Múltiplas atividades intituladas como esporte (caça e pesca), parques aquáticos, zoológicos, circos, museus, são exemplos de situações que prejudicam e abusam de animais. Em termos sociais, humanos possuem hábitos de “colocar animais em competições de luta: rinha de galos, touro contra humanos, cães contra cães ou cães criados para caçar, e assim por diante”. (SOLLUND, 2013, p.11). Outras práticas de entretenimento que valem ser mencionadas são os rodeios, corridas de cavalos e cães além de “manter os animais como escravos e forçá-los a fazer truques em circos, espetáculos de papagaio e golfinhos”. (SOLLUND, 2013, p.11).

Quanto à esfera da vida privada, onde numerosos animais são mantidos presos com o objetivo de proporcionar companhia aos humanos, estão os chamados animais de estimação, que também podem ser intitulados como parte de coleções, ou como dispositivos de status. (SOLLUND, 2013, p.13). Manter animais como companhia é uma prática generalizada e socialmente aceita, mas a Criminologia Verde a compreende como uma espécie de abuso animal. (SOLLUND, 2013, p.13).

Cabe salientar que ao contrário do restante dos animais, os de companhia, quando vítimas de abusos, são vistos como seres negligenciados ou maltratados (SOLLUND, 2013), justamente pelo caráter afetivo que lhes foram direcionados.

No que tange ao tráfico da vida selvagem, Wyatt (2009, p.145) afirma que este é um crime verde que “envolve o comércio ilegal, contrabando, caça furtiva, captura ou coleta de animais ameaçados de extinção”. Portanto, o comércio ilegal de vida selvagem abarca inúmeras vidas selvagens, entre elas os “mamíferos, peixes, répteis, anfíbios, pássaros e até insetos”. (NGOC; WYATT, 2013, p.130).

De acordo com Ngoc e Wyatt (2013) o comércio ilegal de animais silvestres pode ser mencionado como um dos fatores impulsionadores para uma diminuição de espécies ameaçadas uma vez que nos últimos anos a venda ilegal de animais foi classificada “entre as economias ilícitas mais lucrativas do mundo, junto com drogas ilegais e possivelmente tráfico de seres humanos e armas”. (NGOC; WYATT, 2013, p.132).

Deste modo, para a realização do comércio ilegal os traficantes se valem de inúmeras técnicas para evitar a apreensão destes, os escondendo de maneira com que fiquem sem oxigênio, sem alimentação e sem as condições adequadas de um transporte seguro (NGOC; WYATT, 2013), inclusive levando-os a óbito. Neste sentido, o tráfico de animais é preponderantemente um problema ambiental causado por atos criminosos, sendo visto como problemático porque implica na perda de biodiversidade. (SOLLUND, 2013).

Sollund (2013) igualmente afirma que a *Green Criminology* pode ajudar na prevenção de crimes como estes uma vez que o foco da criminologia convencional está centrado apenas no que é criminalizado, “sendo uma visão inadequada para discutir os danos relacionados a tais práticas”. (SOLLUND, 2013, p.15). O abuso animal, no contexto verde, atenta as situações de sofrimento que a vítima (o animal) está inserida, afastando-se da abordagem centrada unicamente na ilegalidade criminal e na figura humana, entendendo a vulnerabilidade animal como o fator determinante para sua tipificação.

Portanto, das informações acima elencadas pode-se extrair o entendimento que Criminologia Verde considera o abuso animal como algo amplo e multifacetário. Para a ***Green Criminology*** o abuso animal vai muito além do conceito dogmático de crime presente na criminologia convencional, entendendo-o como desde os pequenos atos de maus tratos ou negligência até aqueles que causam maiores danos aos animais. A Criminologia Verde busca estudar o abuso animal para além da tipicidade. Visa aprofundar as questões morais e sociológicas correlatas à dominação humana sobre a figura do animal.

## 6 CONCLUSÃO

A *Green Criminology* permite uma abertura de horizontes de reflexão à criminologia ambiental. Busca estender a discussão focada somente no homem, realçando um importante espaço para demonstrar sua concentração em possíveis soluções para a desorganização ecológica produzida pela ação humana. (COLOGNESE, 2017). Assim, importante ressaltar que a abordagem apresentada ao longo deste artigo não é excludente. Ao contrário, o acoplamento da perspectiva da Criminologia Verde com os princípios de Direito Ambiental e a criminologia tradicional pode ser um caminho para ampliar as soluções existentes em torno dos conflitos sobre a tutela animal.

Ao atuar em aspectos prévios à formalização do crime, a Criminologia Verde poderá auxiliar no engajamento de prevenções e da conscientização social e jurídica sobre a figura do animal como a principal vítima dos crimes contra eles perpetrados, sendo possível “abandonar os paradigmas antropocêntricos que massacram e exterminam espécies de animais” (COLOGNESE; FRANÇA; BUDÓ, 2017, p.32). Por esse motivo, a criação da *Green Criminology* ampara a criação de técnicas alternativas para a resolução de conflitos do sistema de justiça criminal, as quais envolvem a tutela animal como um de seus objetos de estudo. (COLOGNESE, 2017).

A ênfase verde voltada ao abuso animal e o restante dos crimes ambientais poderá ultrapassar os contornos epistemológicos da criminologia. E, ao deixar de focar exclusivamente no tipo penal, pode reconhecer fatos extremamente importantes para a concepção de instrumentos jurídicos de tratamento, formas de resolução de conflitos e de respostas institucionais mais efetivas para questões que envolvam todas as formas de violações ambientais. (COLOGNESE, 2017).

Demandas que envolvam casos relacionados ao abuso e vulnerabilidade animal são de uma peculiaridade específica, que por consequência necessitam de um olhar diferenciado daquele pautado pela criminologia comum. Logo, para que a visão diferenciada diante do abuso animal seja aplicada, a existência de uma ênfase criminológica verde se faz de suma importância. Não por outra razão os criminólogos verdes vêm propondo ao Direito que volte as atenções para outros sofrimentos que não são inferiores ou menos importantes que o sofrimento humano. Dentre eles destaca-se o sofrimento animal e, sobretudo, o direito constitucionalmente garantido que os mesmos têm de não sofrer. (COLOGNESE; FRANÇA; BUDÓ, 2017).

## REFERÊNCIAS

- ARAGÃO, Maria Alexandra de Sousa. *O princípio do poluidor pagador: pedra angular da política comunitária do ambiente*. Coimbra: Almedina, 1998.
- BEIRNE, Pier. For a nonspeciesist criminology: animal abuse as an object of study. *Criminology*, v. 37, n. 1, p. 117-148, 1999.
- BEIRNE, Pier; SOUTH, Nigel. *Issues in green criminology: Confronting harms against environments, humanity and other animals*. 1 ed. New York: Routledge, 2013. 290 p.
- BEIRNE, Piers. *Confronting animal abuse: Law, criminology, and human-animal relationships*. Rowman & Littlefield Publishers, 2009. 256 p.
- BEIRNE, Piers; O'DONNELL, Ian; JANSSEN, Janine. *Murdering animals: Writings on theriocide, homicide and nonspeciesist criminology*. 1 ed. Londres: Springer Nature, 2018.
- BEIRNE, Piers; SOUTH, N. Animal rights, animal abuse and green criminology. *Issues in green criminology*, p. 55-83, 2007.

BOEIRA, Luis Francisco Simões; COLOGNESE, Mariângela Matarazzo Fanfa. O papel da criminologia diante da devastação ambiental causada pela criminalidade dos poderosos. *Revista Eletrônica Direito e Política, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciência Jurídica da Univali*, v.12, n.1, p. 155-179, 2017.

BORGES, Priscila Rodrigues. Cara de pele, efeito de pele: uma etnografia do debate sobre o uso de peles animais nas indústrias do vestuário e da moda a partir da campanha boicote Arezzo. *Dissertação de mestrado do Programa de Pós- Graduação em Antropologia Social do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul*. 2013. 200 p. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/168950/001048589.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: ago. 2018.

BOSELTMANN, Klaus. *Human rights and the environment: the search for common ground*. *Revista de Direito Ambiental*, n. 23, ano 6, p. 41, 2001.

BRISMAN, Avi; SOUTH, Nigel. *A green-cultural criminology: an exploratory outline*. *Crime media culture*, p. 2-21, jan. 2016. Disponível em: <<http://cmc.sagepub.com/content/early/2013/01/01/1741659012467026> the online version of this article can be found at:>. Acesso em: 23 jan. 2018.

CARRABINE, E. et al. *Criminology: a sociological introduction: A Sociological Introduction*. 2. ed. New York: Routledge, 2009.

COLOGNESE, Mariângela Matarazzo Fanfa. As Lamas da Samarco: um estudo sobre vitimização ambiental e dano social estatal-corporativo a partir da perspectiva das vítimas. *Dissertação em Direito – IMED*. Passo Fundo, 2017, p. 27.

DOS SANTOS FEIJÓ, Anamaria Gonçalves; DO SANTOS, Cleopas Isaías; DE CAMPOS GREY, Natália. O animal não-humano e seu status moral para a ciência e o Direito no cenário brasileiro. *Revista de bioética y derecho*, n. 19, p. 2-7, 2010.

FAIRWEATHER, P. G. Links between ecology and ecophilosophy, ethics and the requirements of environmental management. *Australian Journal of Ecology*, v. 18, n. 1, p. 3-19, 1993.

FRANÇA, Karine Agatha; COLOGNESE, Mariangela Matarazzo Fanfa; BUDÓ, Marília De Nardin. O sofrimento animal como objeto da criminologia. *Mostra de Iniciação Científica e Extensão Comunitária, Faculdade Meridional*, p. 27-34, Passo Fundo, 2016.

HALSEY, Mark; WHITE, Rob. *Crime, ecophilosophy and environmental harm. Theoretical criminology*, v. 2, n. 3, p. 345-371, 2015.

LIEBLING, Alison; MARUNA, Shadd; MCARA, Lesley. *The oxford handbook of criminology*. 6 ed. Reino Unido: Oxford University Press, 2017.

LIMA, Carolina Carneiro; COSTA, Beatriz Souza. A rinha de galos, o direito dos animais e o meio ambiente na ótica do STF: uma análise da ADI 1856/RJ. *Revista do direito público*, v. 10, n. 3, p. 91-118, 2015.

LYNCH, Michael J.; STRETSKY, Paul B. The meaning of green: Contrasting criminological perspectives. *Theoretical Criminology*, v. 7, n. 2, p. 217-238, 2003.

MACÊDO, Fabrício Meira. Vaquejadas e o dever de proteção ambiental. *Revista jurídica luso brasileira*, n. 1, p. 749-792, 2015.

NATALI, Lorenzo. Criminology, victimización medioambiental y social harm - El caso de Huelva (España). *Revista Crítica Penal y Poder*, n. 7, p. 5-34 2014.

NATURE. *Green criminology: shining a critical lens on environmental harm*. Disponível em: <<https://www.nature.com/articles/s41599-017-0007-2>>. Acesso em: 28 fev. 2018.



NGOC, Anh Cao; WYATT, Tanya. A green criminological exploration of illegal wildlife trade in Vietnam. *Asian Journal of Criminology*, v. 8, n. 2, p. 129-142, 2013.

REGAN, T. *The case for animal rights*. Los Angeles: University of California Press, 2004.

RUGGIERO, Vincenzo; SOUTH, Nigel. Green criminology and crimes of the economy: Theory, research and praxis. *Critical Criminology*, v. 21, n. 3, p. 359-373, 2013.

SARGENTO, Pedro. *Geofilosofia, biocentrismo e empatia*. 2010, p. 194.

SIGNIFICADOS. *Significado de simbiose*. Disponível em: <<https://www.significados.com.br/simbiose/>>. Acesso em: 05 mai. 2018.

SINGER, Peter. *Animal liberation: The definitive Classic of the Animal Moviment*. New York: Harper Collins Publishers, 2009. 311 p.

SOLLUND, Ragnhild. *Animal abuse, animal rights and species justice*. American Society of Criminology 69th Annual Meeting. Atlanta: American Society of Criminology. 2013.

STRETESKY, Paul B.; LONG, Michael A; LYNCH, Michael J. *The treadmill of crime: political economy and green criminology*. 1 ed. New York: Routledge, 2014.

STRETESKY, Paul B.; LONG, Michael A; LYNCH, Michael J. *The treadmill of crime: political economy and green criminology*. 1 ed. New York: Routledge, 2014. 155 p.

TONELLA, Livia Helena; CONCEIÇÃO, Eliezer De Oliveira Da; TONELLA, Celene. Filosofia do direito ambiental: os animais enquanto sujeitos de direito. *Actio revista de estudos jurídicos*, v. 2, n. 26, p. 120-140, 2016.

WHITE, Rob; HECKENBERG, Diane. *Green criminology: an introduction to the study of environmental*. 1 ed. New York: Routledge, 2014.

WHITE, Rob; SPAPENS, Toine; KLUIN, Marieke. *Environmental crime and its victims perspectives within green criminology: perspectives within green criminology*. 1 ed. New York: Ashgate, 2014.

---

**Recebido em:** 20/08/2018

**Aprovado em:** 16/12/2018

### **Como citar este artigo (ABNT):**

DAMACENA, Fernanda Dalla Libera; JUNG, Bruna da Rosa. Criminologia verde e abuso animal: uma introdução necessária. *Revista Eletrônica de Direito do Centro Universitário Newton Paiva*, Belo Horizonte, n.35, p.134-147, maio/ago. 2018. Disponível em: <<http://blog.newtonpaiva.br/direito/wp-content/uploads/2018/12/DIR35-09.pdf>>. Acesso em: dia mês. ano.